4. Os seringueiros ganham o mundo

4.1. Introdução

A partir da segunda metade da década de 80, o movimento dos seringueiros adquiriu novos contornos. Durante este período, que abrange desde o ano de 85 até 95, aproximadamente, o ator coletivo ora em tela singularizou-se pelas articulações estabelecidas com atores transnacionais e internacionais, assim como pela mensagem universal incorporada a sua resistência. Neste capítulo, verificaremos os 10 anos que compreenderam a trajetória deste movimento quando de sua transposição para além da escala local. Aqui, classificamos este momento em duas fases: a da transnacionalização, propriamente dita; e o retorno ao “localismo”, marcado pela volta às origens sem, contudo, romper com os laços transnacionais e globais.

Observaremos como foi possível para o movimento enquadrar seus clamores de modo a não minimizar suas demandas iniciais, o que levaria a sua descaracterização. Neste sentido, a universalização da mensagem transcorreu paralelamente ao particularismo associado ao ator coletivo e expresso em sua luta, anterior ao encontro com os novos aliados. Associado a isto, verificaremos a exequibilidade da construção de uma identidade mínima entre movimento e seus aliados, simultaneamente a um processo já em curso de formação: a consolidação de uma identidade-base do ator coletivo. Outrossim, caracterizaremos o grau de abertura percebido pelo grupo nos planos interno e externo, traduzindo-se em maior ou menor grau de margem de manobra.

No que se segue, analisaremos o processo de transnacionalização do movimento, bem como a relação que este expressa entre o local e o global, através da identidade de seringueiro/ambientalista. Desse modo, remetemo-nos novamente à superposição de identidades, envolvendo no período em evidência a (in)compatibilidade entre as aspirações iniciais do grupo e o discurso ambientalista.

4.2.

Seringueiros: entre a identidade própria e a construção de uma outra identidade

Após os primeiros anos da década de 80 voltados para a reestruturação do movimento, o que incluiu a mobilização de suas bases e a construção de uma identidade própria, os seringueiros procuraram ampliar seu campo de atuação. Ao passo que começaram a estabelecer alianças com outros atores, como visto na criação e implantação do Projeto Seringueiro, os seringueiros encontravam um cenário de disputas, relativamente fechado no estado, principalmente no que concerne ao sindicalismo acreano. Com efeito, foi o fechamento da estrutura de oportunidades local que impulsionou a busca por aliados externos ao meio sindical, aos antigos mediadores, como a Contag, a Igreja, os partidos políticos, e mesmo o governo do estado, este com uma mudança de postura em relação à gestão Mesquita. Destacamos, aqui, como parte das disputas em vigor a fundação da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Acre – Fetacre – e da Central Única dos Trabalhadores – CUT – em 83 e 84, respectivamente. A Fetacre incorporou a Contag, que perdia o caráter de delegacia regional, e obteve a adesão dos sindicatos que seguiam a linha da Confederação. Já a CUT recebeu o apoio do STR de Xapuri, opondo-se, assim, à Fetacre, e teve como presidente da instituição Chico Mendes. Neste sentido, lembramos que, excetuando-se o STR deste município, todos os demais sindicatos mantinham-se atrelados à Contag e, posteriormente, à Fetacre, fato que acarretou o isolamento das lideranças de Xapuri.

Neste contexto, o sindicato de Xapuri procurou forjar alianças com atores da sociedade civil, como instituições, universidades, intelectuais, e organizações não-governamentais. Romper o isolamento, conquistar voz na sociedade constituíam um imperativo para ampliar as bases de apoio ao movimento de resistência dos seringueiros, então concentrado em Xapuri. Estes anseios lograram êxito a partir do ano de 1985, quando é realizado em Brasília o 1º Encontro Nacional dos Seringueiros. Esta data marca um novo momento na trajetória do ator coletivo.

Contudo, para entendermos este processo, faz-se necessário nos determos primeiramente no campo de oportunidades interno e, sobretudo, o externo.

No Brasil, o campo político singularizava-se pelo esgotamento do regime militar e pelas demandas dos setores da sociedade civil que reivindicavam a “anistia ampla, geral e irrestrita”. Era, ainda, o período das campanhas pelas “Diretas Já” e da volta dos exilados políticos. Muitos destes traziam consigo o debate internacional em torno do ambientalismo, fator que contribuiu para o reforço de algumas militâncias travadas, sobretudo, no eixo Sul-Sudeste, em torno da degradação ambiental. Tais ações datam ainda da década de 70, coincidindo com o surgimento de órgãos governamentais voltados para a preservação do meio ambiente. Em 73, um ano após a Conferência de Estocolmo, o Estado cria via decreto a Secretaria Especial de Meio Ambiente – Sema – seguida em 81 pelo Sistema Nacional de Meio Ambiente – Sisnama – vinculado ao Plano Nacional de Meio Ambiente. Acrescenta-se a estas iniciativas a formulação de leis que dispunham acerca da criação de entidades no âmbito estadual, bem como regulamentavam a proteção ao meio ambiente. A criação deste aparato jurídico-institucional, contudo, não assegurou a proteção ao meio ambiente. Mais do que um aparato efetivo, o governo procurava se adaptar ao contexto internacional e, neste sentido, às exigências impostas pelos organismos internacionais, que passaram a condicionar a aprovação de empréstimos à elaboração de estudos que mediassem os impactos ambientais dos projetos de desenvolvimento a serem implantados.

No plano externo, por conseguinte, as questões ambientais despertavam cada vez mais a atenção de políticos, cientistas e organizações da chamada sociedade civil global – as ongs. Salienta-se aqui, a formação do Partido Verde alemão – *Die Grünen* – que representou um marco no desenvolvimento do movimento ambientalista, expressando, ademais, os diversos contornos deste ator coletivo⁵⁵. Embora as

⁵⁵ O movimento ambientalista é apontado ora como um novo movimento social, ora como um movimento social global. Sua ascensão é freqüentemente associada à onda de ativismo transacional ocorrida em fins dos anos 60, consolidando-se nos anos posteriores. O movimento sobressai por seu caráter difuso, englobando movimentos locais, ongs locais e internacionais, bem como a abordagem de questões diversas que vão desde o uso de agrotóxicos ao efeito estufa. Outrossim, envolve atores distintos: ativistas declaradamente ambientalistas, grupos e atores isolados que atuam direta ou indiretamente na proteção ambiental e partidos políticos. Neste sentido, o Partido Verde alemão ilustra até certo ponto, por meio de sua estrutura interna, a diversidade de atores e ideologias dentro do

questões ambientais sobressaíssem na década de 80 como motivo de preocupação, estas faziam parte de uma discussão que se tornou mais aguçada desde o fim dos anos 60, início dos 70, envolvendo países desenvolvidos e em desenvolvimento, bem como concepções distintas no que se refere à proteção do meio ambiente.

Em 1968 é realizada em Paris a Conferência da Biosfera, seguindo a orientação da UNESCO, que propunha a realização de uma assembléia mais ampla, que englobasse a utilização e conservação dos recursos naturais da biosfera. O órgão alertava, sobretudo, para a necessidade de se conscientizar os países em desenvolvimento acerca dos benefícios alcançados com a conservação do meio-ambiente, conforme nos informa McCormick (McCormick, 1992, p. 97). Tal observação evidencia já naquele momento a polarização entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, representando os hemisférios Norte e Sul, em torno do binômio crescimento/desenvolvimento econômico – proteção do meio ambiente.

Ao fim do encontro intergovernamental, foi formulada uma lista contendo uma série de observações a serem consideradas, visando o uso racional dos recursos naturais. Entre as questões destacadas pelos especialistas, salientamos algumas: a mudança de uma percepção geral, que associava o meio-ambiente a um plano isolado, apartado do âmbito social, político, econômico e tecnológico; o reconhecimento dos impactos ambientais relacionados à implantação de grandes projetos de desenvolvimento, especialmente nos países mais pobres, onde se acreditava que o desequilíbrio ecológico poderia prejudicar o desenvolvimento sócio-econômico; o papel do crescimento populacional – apontado freqüentemente como um fator-chave na devastação ambiental –, da urbanização e industrialização como potenciais causadores das alterações no meio-ambiente; e a compreensão de questões como a poluição, o desmatamento, como problemas globais. Com relação a este último item, a Ata da Conferência ressalta que

movimento. O partido é composto por ambientalistas pacifistas, radicais, socialistas. Outro modo de se identificar o movimento consiste na divisão Norte-Sul, simplificada no conteúdo das lutas e campanhas que promovem e na assimetria de poder. Destarte, os atores dos países desenvolvidos disponibilizariam de maiores recursos e influência política e direcionariam suas lutas para questões pós-materiais, relacionadas à qualidade de vida, à autonomia do indivíduo, como sugere Inglehart em seu estudo sobre as sociedades pós-industriais. Os ativistas no Sul, ao contrário, vinculariam suas lutas à sobrevivência humana, procurando articular desenvolvimento econômico e proteção ambiental. Ver entre outros autores: Doyle & McEachern (1998), Faber (2005), Gonçalves (1989), Inglehart (1990), McCormick (1992), O'Brien et al (2000), Spretnak & Capra (1986).

“muitas das mudanças produzidas pelo homem afetam a biosfera como um todo e estão agora confinadas dentro de fronteiras regionais ou nacionais (...) Esses problemas não podem ser resolvidos em nível regional, nacional ou local e portanto requerem atenção numa escala global” (In: McCormick, 1992, p.99).

Os pontos enfatizados acima nos revelam a importância deste encontro, uma vez que se observou a emergência de temas que constituíram motivo de debate nos anos seguintes. Ademais, as conclusões alcançadas pelos especialistas culminaram na desmistificação de uma crença geral, que separava o meio-ambiente da figura humana. Neste contexto, o homem passa a exercer uma função essencial para a conservação do meio em que vive e ao qual pertence. O homem, portanto, torna-se parte da natureza, antes relegada ao seu domínio. Devemos salientar que tal mudança de percepção ocorre em um momento de crítica direcionada ao pensamento iluminista, que propunha a estrita disjunção entre sujeito e objeto. Em decorrência desta alteração, os planos social, político, econômico e tecnológico, domínios próprios do homem em uma leitura iluminista, encontram-se em estreita relação com o meio-ambiente, sendo capazes de afetá-lo.

Outro ponto a ser tocado, refere-se ao novo sentido que adquirem os problemas ambientais. Podemos afirmar que pela primeira vez registram-se oficialmente as questões identificadas anteriormente como globais. Os desmatamentos, o efeito-estufa – fenômeno então desconhecido pelos cientistas – são identificados como problemas que atingem todo o planeta e que exigem uma solução também global. A citação, ao atestar a coexistência do plano global – centrado nos problemas ambientais – com o regional e o nacional, evidencia a ocorrência simultânea de dois processos inerentes à globalização: desterritorialização e territorialização. Contudo, se a nova percepção acerca do meio ambiente avança neste sentido, reconhecendo a permanência das grafias dos territórios na dinâmica global, mostra-se igualmente restrita na medida em que descarta as potencialidades de soluções no plano local de problemas globais, como verificaremos no caso das reservas extrativistas.

Estavam lançadas, assim, as bases para a Conferência de Estocolmo, realizada em 1972. Ainda neste ano é divulgado o relatório do Clube de Roma. O relatório Meadows, intitulado “Os Limites do Crescimento”, se diferenciava das propostas

elaboradas em 1968. O documento apontava para as implicações geradas pelo aumento populacional e pelo processo de industrialização crescente no mundo. Entretanto, não discutia de forma mais ampla questões de ordem sócio-econômica relacionadas aos países em desenvolvimento, dentre estes a pobreza. Ao contrário, restringia-se a alertar para a necessidade da distribuição das riquezas entre nações ricas e pobres a fim de se assegurar um equilíbrio entre desenvolvimento econômico-crescimento demográfico e conservação ambiental. Segundo Leopoldo Mármora, as constatações elaboradas pelos *think tanks* do Clube de Roma indicavam o crescimento populacional como um “problema fundamental dos países em desenvolvimento”, além de negligenciar a relação entre este fator e seu componente sócio-econômico (Mármora, 1992, p.27). Como consequência, o relatório Meadows provocou o recrudescimento das tensões Norte-Sul.

Os países em desenvolvimento, temendo restrições ambientais por parte dos países desenvolvidos, como a fixação de barreiras não-tarifárias às exportações em virtude da adoção de critérios ambientais, exigiram o enfoque nos problemas sócio-econômicos previamente à Conferência de Estocolmo. Neste sentido, as Nações Unidas organizaram em Founex, na Suíça, a Mesa-Redonda de Especialistas em Desenvolvimento e Meio Ambiente. O encontro, que se somava aos preparativos para Estocolmo, tinha o intuito de diluir as preocupações dos países do Sul, procurando estabelecer uma harmonia entre desenvolvimento econômico e proteção ambiental. Temas abordados em Founex, como o manejo dos recursos naturais, a educação, o problema dos assentamentos humanos, foram incluídos na agenda da conferência e, de acordo com McCormick (1992), levaram à ampliação do conceito de meio ambiente.

Ainda no que diz respeito à polarização Norte-Sul, contrapondo-se ao “Limites do Crescimento”, foi requisitado pela Fundação Bariloche a elaboração de um outro relatório, conhecido como “Os Limites da Miséria”. De acordo com o estudo, concretizado por autores de países em desenvolvimento, o crescimento demográfico resultava do subdesenvolvimento, da pobreza. A resolução do problema, destarte, estaria condicionada ao desenvolvimento econômico dos países pobres. Destarte, apesar do aparente consenso alcançado em Founex, os países pertencentes

ao Terceiro Mundo ratificavam a relevância da pobreza e do desenvolvimento econômico sobre o meio ambiente, visto que para tais países o subdesenvolvimento era entendido como o grande causador dos desastres naturais.

Em junho de 1972, ocorre em Estocolmo a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano. O encontro, como o próprio título indica, reforçou e, sobretudo, disseminou uma nova interpretação acerca do meio ambiente, divulgada em 68 durante a Conferência da Biosfera. Outrossim, a conferência proporcionou voz aos países menos desenvolvidos, que assumiram um papel-chave, deslocando o foco dos debates do Norte para o Sul. Por meio de votações e intervenções das comitivas de alguns destes países, os problemas e soluções para o meio-ambiente foram enquadrados como questões que exigiam uma ação no âmbito global. Assim, a alternativa para a degradação ambiental não se limitava às propostas elaboradas pelos países desenvolvidos. Era preciso aliar proteção ambiental ao desenvolvimento. Este pensamento prosseguirá ao longo das décadas e se constituirá no pilar para o conceito de desenvolvimento sustentável.

A postura assumida pelos países em desenvolvimento expressava as divergências em relação aos desenvolvidos, principalmente após o prognóstico tecido pelos integrantes do Clube de Roma. Cabe salientarmos, neste contexto, o apoio que o Brasil recebeu de seus pares quando da apresentação de uma resolução durante o encontro em Estocolmo. O conteúdo do documento ressaltava a responsabilidade dos países industrializados na degradação ambiental; como consequência, a busca de uma solução para os problemas estaria a cargo exclusivamente destes países (Mármora, 1992, p.27). No caso do Brasil, advertimos que para além da tensão Norte-Sul, sua atuação mostrou-se em conformidade com a política seguida pelo regime ditatorial militar, que propunha a defesa da soberania nacional em oposição a intervenções estrangeiras, principalmente em regiões percebidas como vulneráveis, a exemplo da Amazônia. Neste sentido, o governo brasileiro posicionava-se defensivamente face aos protestos de organizações ambientalistas, como a IUCN e a WWF, que colocavam o país como alvo de críticas na agenda internacional.⁵⁶

⁵⁶ Segundo Keck (1995), a primeira vez que o desmatamento das florestas tropicais apareceu na agenda internacional foi com referência ao Brasil, em 1972, ano em que ocorreram os protestos da WWF e a IUCN direcionados ao governo Medici. Não por coincidência, no ano seguinte, Paulo

Vale atentarmos aqui para o caráter relativamente duradouro da polarização entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. O mesmo argumento defendido pela delegação brasileira em 1972 é observado no relatório preparado pelo país em 1991 para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a ECO-92. O relatório adverte para a crescente assimetria entre as nações e critica a ineficácia dos organismos e encontros internacionais neste sentido. No que concerne à degradação ambiental, o documento constata que

“a maioria dos problemas considerados globais, tais como a chuva ácida, o “efeito estufa” ou a destruição da camada de ozônio, são da responsabilidade quase exclusiva dos países desenvolvidos. Além de sofrerem os efeitos negativos desses problemas, sem usufruir dos benefícios do desenvolvimento, os países do Sul são convocados a compartilhar tanto a responsabilidade quanto o custo das medidas para atenuar a situação de crise” (*O desafio do desenvolvimento sustentável*, 1991, p.18).

Além das tensões Norte-Sul, Estocolmo revelou igualmente as divergências entre os países desenvolvidos, especialmente entre a Suécia e os Estados Unidos e Inglaterra. Enquanto o primeiro defendia uma relação entre o desenvolvimento econômico e a proteção ambiental, os últimos mostravam-se contrários a tal interpretação, expressa em 68 e reforçada durante o encontro. Em 71, Estados Unidos e Reúno Unido votaram contra a resolução apresentada na Assembléia Geral das Nações Unidas, que determinava que a proteção ambiental não deveria representar um obstáculo para o desenvolvimento econômico dos países do Sul. O Departamento de Estado norte-americano alegava que a resolução não atendia aos propósitos da conferência, restrita à discussão dos problemas ambientais globais.⁵⁷

Outra implicação extremamente relevante do encontro de 72 consistiu no aumento do número de organizações não-governamentais. A conferência contou com a participação de algumas ongs, que se reuniram em um fórum paralelo, fato que permitiu uma maior discussão entre os atores transnacionais e seu maior envolvimento com organizações intergovernamentais e mesmo com governos nacionais. O contato entre estes diversos agentes ampliou o campo de ação e também de oportunidade políticas dos atores não-governamentais, em virtude da troca de idéias e de informações nos debates internacionais, inclusive naqueles organizados no

Nogueira, um membro do quadro executivo da IUCN, foi nomeado o primeiro secretário ambiental do país.

⁵⁷ Ver McCormick (1992) e Keck & Sikkink (1998).

âmbito do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Unep), criado a partir de Estocolmo. Embora as tensões Norte-Sul se mostrassem fortemente presentes e tenham singularizado os anos 70, as discussões durante a conferência tornaram exequível uma aproximação entre estes dois pólos através das ongs. Contudo, a cooperação entre estes atores não anulou a disputa entre os mesmos – que gira por vezes em torno da busca por recursos, pelas assimetrias que expõem –, assim como não garantiu aos atores do Sul o comparecimento aos fóruns que se seguiram, pois muitos viram-se representados pelos atores do Norte.⁵⁸

A multiplicação das ongs a partir dos anos 70 é constada por diversos teóricos. Sikkink & Smith (2002) traçam um mapeamento acerca do crescimento deste ator. Enquanto dos anos 60 para os 70, o número de organizações ambientais sofre uma elevação de cinco pontos, de 70 para 80 o aumento é de dezesseis, e de 80 para 90 o índice sobe noventa e três pontos (5-10; 10-26; 26-123). Smith & Bandy (2005) também nos fornecem alguns dados, com base no *Yearbook of International Organizations*: de 1973 a 2000 a elevação do número de ongs na área ambiental está abaixo apenas do campo de direitos humanos. De 73 a 83, o índice sobe de 9% para 12%, alcançando na década posterior os 18%. De 1993 para 2000, os dados expressam uma queda de apenas 1%. Outra observação diz respeito ao enquadramento múltiplo da contenda (*multi-issue frame*), apontado por Smith e Bandy como uma tendência crescente entre os atores. De acordo com esta forma de enquadramento, ao contrário da disputa em torno de uma única questão, os atores estabelecem uma conexão entre questões e causas distintas *a priori*, como a luta pela justiça, pela paz ou pela proteção ambiental. Os dados disponibilizados pelos referidos autores indicam essa tríade como um tipo de enquadramento múltiplo que recebe destaque entre os demais, e cujos índices variam de 4% em 73, 83 e 93 a 11%, em 2000, para uma população de ongs que também aumentou: 7, 13, 30 e 109 ao longo dos anos, em relação às amostras de 183, 348, 711 e 959 (Smith & Bandy, 2005, p.6).

⁵⁸ A divergência entre os atores transnacionais do Norte e Sul, que incluem as ongs e os movimentos sociais, é comentada por diversos autores, entre estes O'Brien et al (2000), Smith & Bandy (2005), Doyle & McEachern (1998), Keck & Sikkink (1998), Nelson (In: Khagram et al, 2002).

Uma das formas assumidas por tal enquadramento expressa-se no sentido ambiental que adquirem determinados conflitos ocorridos em virtude de questões outras, a saber a disputa por terras, por justiça social, como verificamos no caso dos seringueiros. Este processo de “ambientalização” (*environmentalization*) é comentado por Faber (2005). Entre as causas para este fenômeno o autor salienta a assimetria entre os atores do Norte e Sul, traduzindo-se na busca dos últimos por recursos e influência política. O alcance destes objetivos ocorreria através do enquadramento ambiental de seus clamores, forjando uma aliança entre atores dos países desenvolvidos e em desenvolvimento. Contudo, devemos atentar para a percepção cada vez mais difundida entre os atores transnacionais sobre a necessidade de se considerar a ligação entre o global e o local, como atestam Smith e Bandy. Isso significa afirmar que questões percebidas como globais não se constituem separadamente de fatores locais. Esta percepção, portanto, vai ao encontro da idéia de “glocalização” proposta por Robertson. Ademais, nos demonstra a permissividade entre os atores transnacionais quanto a questões locais e o enquadramento ambiental que lhes é dispensado, evitando uma interpretação por demais simplista e que em si desconsidera a complexidade que permeia a dinâmica global.

Outro elemento a ser considerado recai sobre a idéia de inclusão que identificamos no enquadramento múltiplo e que perpassa a construção de uma identidade mínima. Acreditamos que tal reenquadramento, assim como a construção de uma identidade entre atores de origens distintas, para ser efetivado requer o reconhecimento do mínimo em comum, seja entre as partes no caso da identidade, ou entre temáticas diversas no caso do enquadramento. A identificação do mínimo em comum funciona como um condicionante para a inclusão, fator de fundamental importância quando tratamos de atores e mensagens distintas e, por vezes, entendidas como inconciliáveis em um primeiro momento. No caso analisado, observamos a pretensa oposição entre desenvolvimento econômico e proteção ambiental ou entre os defensores da conservação ambiental e a presença de populações locais nas áreas a serem protegidas. Destarte, a identificação mínima permitirá o reenquadramento da mensagem e, por conseguinte, o reconhecimento entre os atores.

O quadro relatado acima revela a abertura da estrutura de oportunidades políticas nos âmbitos internacional, transnacional e global no que tange a relevância que paulatinamente assumiam as questões ambientais e suas particularidades no plano local. Neste cenário, a ampliação das oportunidades insere-se em uma dinâmica que não se traduz apenas na tensão Norte-Sul, mas envolve do mesmo modo as divergências Norte-Norte em meio a uma mudança de percepção que se fazia cada vez mais enfática em torno do meio ambiente e seu novo significado. A natureza não consistia em um ente, apartada da presença humana: o homem integrava-se como parte desta natureza, pensamento que provocava uma alteração nas bases das práticas ambientalistas. Assim, para se conservar o meio ambiente, fazia-se necessário considerar a ação humana local. Esta percepção tornou-se crucial para o estabelecimento de alianças entre grupos locais e entidades e ativistas ambientais, que passaram a apoiar as demandas destes grupos objetivando a manutenção de práticas locais que protegessem o meio ambiente. Este foi o caso do movimento dos seringueiros, mas poderíamos citar outros atores, como as quebradeiras de babaçu, que recebem o auxílio de entidades internacionais, entre estas a OXFAM.

4.2.1. Os seringueiros e o ambientalismo

O cenário delineado acima se acentuou a partir da década de 80, período em que a comunidade científica divulgou a descoberta de um buraco na camada de ozônio e sua relação direta com os grandes desmatamentos e queimadas. Simultaneamente, imagens da devastação na Amazônia brasileira tornavam-se freqüentes nos noticiários internacionais. Permeadas de um forte conteúdo simbólico, constituíam motivo de preocupação principalmente entre ativistas transnacionais e organizações não-governamentais. A proteção das florestas tropicais acentuava-se nos debates internacionais. Este tema constituirá o mínimo em comum que permitirá uma identificação e o estabelecimento de redes envolvendo o movimento dos seringueiros e as organizações ambientalistas internacionais. A Amazônia Brasileira, portanto restrita às grafias do estado nacional, representava o “pulmão do mundo” e figurava,

simultaneamente, como um exemplo de floresta tropical a ser protegida; do contrário, colocar-se-ia em risco a vida do planeta.

Entretanto, o alargamento das oportunidades por si só não levará automaticamente à adoção de uma mensagem global pelos seringueiros. Esta medida encontra fundamento não apenas na ampliação do campo de manobra no plano externo, se comparado ao isolamento enfrentado pelo movimento em Xapuri. A mudança experimentada pelos seringueiros advém, igualmente, da percepção de que para se alcançar a sustentação do grupo, além de se aproveitar as oportunidades, seria preciso criá-las, organizar sua base e reenquadrar sua mensagem, fatores que tornariam exequíveis a mobilização de seus membros, a transmissão de idéias, a adesão de novos aliados e, dessa forma, maior visibilidade e influência.

Esta percepção, atrelada à expansão ou ao fechamento do campo de oportunidades para os atores, trará, portanto, implicações no modo como este movimento se projetará para dentro e para fora de sua estrutura. Neste sentido, observamos à construção e reforço de uma identidade seringueira, calcada em uma cultura previamente estabelecida e também fomentada pelas iniciativas do movimento, figurando, ainda, como uma estratégia do STR de Xapuri. Destacam-se a criação do Projeto Seringueiro e, posteriormente, a formação do CNS. Ainda, o sindicato buscará ampliar a base de aliados, iniciativa verificada quando da fundação da CUT no Acre, e igualmente no estreitamento das relações entre o STR e o PT. Neste ano, o sindicato organiza o I Congresso de Trabalhadores Rurais de Xapuri, ao qual compareceu uma gama de atores: de seringueiros a técnicos agrícolas, professores da Universidade Federal do Acre (Ufac), a Associação das Lavadeiras de Brasiléia, CPT, grupos de teatro. Ausentes estavam a Fetacre e outros trabalhadores rurais, já que o sindicato de Xapuri era composto majoritariamente por seringueiros autônomos⁵⁹. Este encontro já sinaliza, portanto, o estabelecimento de contatos e alianças com atores os mais diversos, todos externos ao movimento, com o intuito de se firmar e conquistar um espaço mais amplo no campo político⁶⁰. Sinaliza, ademais,

⁵⁹ PAULA, 1991, p.170.

⁶⁰ Neste mesmo período é formado no Acre o Comitê de Apoio aos Povos da Floresta, composto pelo PT, Cimi, comissão pró-CUT, intelectuais, entre outros atores.

que concomitantemente ao clamor pela permanência na floresta, o movimento procurava expandir-se para além desta.

Uma medida de extrema relevância, seguindo esta orientação, repousa sobre a relação entre o movimento e o Partido dos Trabalhadores. Em um momento em que o STR de Xapuri constituía-se como a única alternativa de sucesso ao projeto proposto pela Fetacre – visto que o recém-formado STR de Plácido de Castro, sob a liderança de dirigentes ligados à CPT, já sofria desarticulações por meio das medidas tomadas pelo estado⁶¹ – a aproximação com o PT veio a respaldar a atuação do sindicato, inserindo-o, ademais, em um processo mais amplo de reivindicações dos trabalhadores e em alianças que se desenhavam no plano nacional. As lideranças de Xapuri passaram a dividir-se entre a organização do sindicato e do partido⁶², estabelecendo uma linha divisória tênue entre estas organizações, no que parecia constituir-se como um processo de reforço mútuo. Desse modo, entendemos que o PT encontrava sustentação em um sindicato de caráter novo no setor agrário, que despontava no cenário local independente dos partidos tradicionais, ao passo que o sindicato alargava sua base de aliados, transpunha-se para o plano nacional e posicionava-se nas disputas com os seus opositores e o poder público balizado pelo partido.

Contudo, a transposição da esfera local ainda não permitia ao movimento a visibilidade desejada, principalmente no que tange à esfera nacional. Outrossim, os “empates” tornavam-se ineficazes diante do crescente desmatamento na região, fato que colocava em risco a principal demanda do movimento – a permanência dos seringueiros na floresta, assegurando a sua sobrevivência – e a estratégia de luta desenvolvida pelo sindicato. Em decorrência, assistimos à tática enfatizada pelas lideranças e reiterada na entrevista de Chico Mendes a Grzybowski acerca do caráter pacífico da ação coletiva e a urgência de se criar “fatos políticos”. O grande reforço à luta dos seringueiros inicia-se a partir de 85 quando, paralelamente à formação da

⁶¹ A CPT distanciou-se da Fetacre, opondo-se as suas práticas. Lembremos aqui que a CPT sempre descartou qualquer atitude “peleguista” da parte dos sindicatos. Portanto, compreende-se que sua posição tenha se alterado com relação à Fetacre assim que esta entidade aliou-se ao governo estadual, seguindo a linha da Contag nacional. A área de atuação do STR Plácido de Castro incorporava o Projeto de Assentamento Dirigido (PAD) Pedro Peixoto, dirigido pelo estado. As PADs inseriam-se no projeto de reforma agrária impulsionado pelo estado do Acre.

⁶² PAULA, 1991, p.178.

identidade seringueira, o movimento incorpora um discurso ambientalista, medida que poderia ser interpretada como uma ação meramente estratégica, rechaçando-se o desenvolvimento de uma identidade. De fato, os questionamentos se fazem presentes ao atentarmos para o seguinte trecho: “Chico não era ambientalista não, mas começou a fazer o discurso ambientalista a partir do encontro com os mediadores (ACTD: Allegretti, Gross). Em 87/88, o discurso já estava casado”. (Entrevista com Assiz)

Também,

“Buscando apoio internacional para os seringueiros, a antropóloga Mary Allegretti e Tony Gross da Oxfam reuniram-se com Schwartzman e outros ambientalistas de Washington em maio de 1985, e os benefícios em potencial da aliança tornaram-se aparentes.

Allegretti e Gross retornaram ao Brasil e tentaram convencer Chico Mendes e os seringueiros a enquadrarem suas demandas por justiça no marco do apelo de salvar a floresta tropical” (Keck, 1995a, p.415. Tradução minha).

As citações acima nos informam claramente o caráter racional que permeou a adoção de um discurso universal, calcado na proteção das florestas tropicais, tema da agenda internacional e que constituía a bandeira defendida pelos atores reconhecidamente ambientalistas, a saber, ativistas, intelectuais, cientistas. Contudo, insistimos que a racionalidade presente no enquadramento da ação e do discurso não excluiu potencialmente o caráter subjetivo do processo, mas ocorreu em concomitância. Aqui, partimos da premissa de que a ação dos atores que participam das redes e coalizões é orientada pelo binômio racionalidade – intersubjetividade, conforme o marco teórico aplicado neste trabalho. Estamos, então, assumindo que os seringueiros, a partir do contato com ativistas transnacionais, foram capazes de criar uma identidade mínima, superposta a de seringueiro. Assumimos, ainda, que foi a formação desta identidade, uma vez estabelecido o contato, que permitiu ao movimento se transpor efetivamente para os planos transnacional, internacional e global. Como consequência, este processo possibilitou ao ator coletivo adquirir ressonância na esfera nacional, além do fortalecimento da ação coletiva local, que adquiria no particular um contorno universal.

No referido ano, ocorre em Brasília o I Encontro Nacional dos Seringueiros. O encontro surge de uma sugestão da mediadora Mary Allegretti. A antropóloga que, assim como Tony Gross, estivera no Acre em função de sua dissertação de mestrado, referente aos seringueiros, procurou estabelecer contatos e articular alianças com

ativistas ambientais – muitos destes membros de ongs, como é o caso de Steve Schwartzman, integrante da *Environment Defense Fund* (EDF) – políticos e intelectuais, de dentro e fora do país, em uma tentativa de atrair a atenção para o movimento, projetando-o. Mas a transposição do movimento para além de sua localidade não sucedeu diante da passividade dos seringueiros, pelo contrário. Chico Mendes procurou o auxílio da Fundação Pró-Memória que, segundo Gonçalves, articulou o apoio “decisivo” da Contag (Gonçalves, 1998, p.452-453). Com efeito, a Contag é apontada por Mendes como uma das organizações que prestaram suporte para a realização do encontro:

“O momento marcante na história do movimento é a realização do I Encontro Nacional dos Seringueiros. Muitas pessoas, organizações e entidades participaram. É importante destacar as pessoas do Projeto Seringueiro, que trabalhavam com os seringueiros de Xapuri. Participaram na base de apoio: a Universidade Federal de Brasília – o reitor de Brasília deu uma importante colaboração –, o Pró-Memória, o INESC, a OXFAM, da Inglaterra e outras entidades. A própria Confederação Nacional dos Trabalhadores – a CONTAG, não apoiou politicamente o movimento mas contribuiu com o alojamento dos seringueiros, em Brasília. O Centro de Defesa dos Direitos Humanos do Acre, também participou. A Prelazia do Acre, indiretamente, também deu a sua contribuição. [...]” (Chico Mendes, In: Grzybowski, 1989, p.53).

O depoimento acima salienta a diversificação de articulações estabelecidas pelo movimento com entidades e organizações de discursos nem sempre voltados para a questão fundiária, no que se tornou uma das peculiaridades do ator coletivo a partir de Xapuri, sempre em uma tentativa de expandir o leque de opções. Assim, além dos aliados já captados, o movimento buscava outras parcerias, “costurando” o apoio de entidades que defendiam temáticas de cunho mais geral, como os direitos humanos, a proteção ambiental, no desenvolvimento de uma mensagem que culminará na inauguração de uma perspectiva sócio-ambiental. Ainda, a contribuição direta ou indireta dos antigos aliados, com os quais o STR de Xapuri havia rompido, sinaliza por um lado o prestígio e a relevância não apenas dos mediadores, mas do próprio movimento, que lograva formar alianças com atores distintos nos níveis local, nacional, internacional e transnacional, para a realização do evento; por outro, o reconhecimento deste movimento, por meio de seu principal líder, do papel político que a Contag ainda desempenhava no país.

Podemos afirmar que o maior êxito obtido pelo movimento em Brasília foi o estabelecimento de alianças com atores transnacionais. Embora o local escolhido para

o encontro expressasse o objetivo do grupo e seus aliados em atingir o plano nacional, atraindo a atenção dos deputados e senadores para as demandas dos seringueiros, os incentivos para a luta do grupo foram endossados com o auxílio de ativistas e ongs, formando redes transnacionais em torno da proteção do meio ambiente. Enquanto no âmbito interno a reunião fez transparecer a negligência do poder público direcionada aos seringueiros e, por vezes, o desconhecimento de políticos e intelectuais acerca da realidade vivida pelo ator coletivo, no âmbito externo tal realidade despontava como um meio para se atingir o objetivo dos ambientalistas: a proteção do meio ambiente, através da contenção dos desmatamentos nas florestas tropicais, comparadas erroneamente à época ao “pulmão do mundo”, expressão de forte carga simbólica.

Acrescente-se a este cenário a surpresa dos seringueiros diante não só da indiferença da opinião pública nacional de um modo geral, mas da descoberta de que a borracha perdera já há muito seu valor para a economia do país, valor que lhe fora atribuído durante o período áureo de extração do látex – primeiras décadas do século XX – e reavivado ao longo da 2ª Guerra Mundial. O encontro expôs aos seringueiros um confronto de “visões de mundo”, ao chocar uma idéia enraizada no interior desta categoria, e conformada localmente, com um planejamento econômico no qual estes atores não encontravam lugar. A alternativa, destarte, recaía sobre o auxílio alcançado entre os atores transacionais. Não é impunemente que Chico Mendes afirma em 89 que

“o apoio mais importante que nós temos hoje é o apoio da comunidade internacional dos ambientalistas internacionais, da imprensa internacional. [...] Infelizmente, só após a pressão internacional, o reconhecimento internacional, é que nós começamos a ganhar o apoio da sociedade nacional” (Grzybowski, 1989, p.48).

A percepção de que para se garantir influência, voz e uma relativa perenidade do movimento seria imprescindível aproximar-se dos ambientalistas tornava-se cada vez mais aparente entre os membros do grupo logo após o encontro. Em 86, durante um encontro em Brasília, Almeida (2004) relata o questionamento proveniente de “um dos mais radicais sindicalistas-seringueiros”, Osmarino Amâncio:

“Dirigindo-se aos “assessores” – como eram chamados os antropólogos, advogados e historiadores presentes na reunião – ele disse: “Eu gosto de perguntar o significado de palavras que não conheço. Ouvi falar em ecologia. O que é ecologia?”. Ele sabia muito bem

onde queria chegar. E continuou depois da resposta: “Se não querem nossa borracha, podemos oferecer nossa ecologia. Isso nós sempre fizemos” (Almeida, 2004, p.44).

O trecho destacado nos fornece alguns instrumentos para se refletir sobre tal aproximação. Em um primeiro plano, o fato de o questionamento ter partido de “um dos mais radicais sindicalistas-seringueiros” nos revela que, acima das raízes sindicalistas rurais, o movimento e suas lideranças não mediam esforços para conquistar espaço, ainda que isto acarretasse em um distanciamento “radical” da organização no que concerne ao caminho percorrido por outros sindicatos, que preferiam estreitar laços com outras organizações sindicais. Em um segundo plano, a resposta de Osmarino parece oferecer as bases para a formação de uma identidade ambiental, uma vez que naturaliza as práticas ambientais/ecológicas. Esta mesma conotação a respeito do ambientalismo é observada nos depoimentos de outros personagens, como Raimundo de Barros e a atual ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. Para o primeiro, “o objetivo era defender o convívio dentro da floresta com tudo quanto existe lá dentro, sem destruição. [...] A gente não sabia que isso era defesa do meio ambiente. Era algo muito natural (para nós)” (Raimundo de Barros, em entrevista). De acordo com Marina Silva,

“Às vezes me perguntam sobre o movimento “ecológico” na Amazônia, do qual participei ao lado de Chico Mendes. Respondo, para surpresa de algumas pessoas, que no início nem conhecíamos o significado da palavra “ecologia”. Para nós, tratava-se simplesmente da sobrevivência. O desmatamento de grandes áreas para a instalação da pecuária representava uma ameaça direta à vida de milhares de pessoas no interior da floresta. Expulsas, elas estavam condenadas a uma vida miserável na periferia das cidades. Lutávamos contra isso. Somente depois – e aos poucos – nos demos conta de que o nosso movimento não defendia apenas os seringueiros, mas também uma maneira de relacionar-se com a natureza. Percebemos que a floresta amazônica era muito importante para toda a humanidade. E a palavra “ecologia” entrou no nosso dicionário” (Silva, “O sonho sustentável”, nov/2000)

As palavras destes atores indicam igualmente a naturalização das práticas ambientais. Contudo, como em todo depoimento, esconde o interesse do ator em legitimar aquilo que está sendo dito para o destinatário da mensagem. O que devemos analisar aqui é até que ponto estes relatos rompem com a retórica e sinalizam de fato a incorporação do discurso ambientalista ao cotidiano dos seringueiros, às demandas e práticas do grupo, para além dos benefícios obtidos por meio da articulação e formação de redes com os atores transnacionais. E estes benefícios foram fundamentais para o ator coletivo à época, pois permitiram voz, visibilidade e

influência, elementos de difícil alcance no plano interno, além da manutenção do movimento, cujas demandas e mensagem foram, então, reenquadradas. Em uma trajetória imprevisível para qualquer ator coletivo caracterizado inicialmente pela sua localidade/territorialidade, os seringueiros somente alcançaram o prestígio no plano interno em decorrência do êxito que lhe fora conferido e conquistado no âmbito externo. Neste sentido, constituíram não apenas o objeto de redes de ativistas ambientais, como também desempenharam o papel de sujeitos, atuando nas esferas internacional, transnacional e global junto aos ativistas e com o suporte destes. Esta peculiaridade do movimento vai ao encontro do argumento de Robertson, na medida em que a dinâmica global não ocorre em uma direção única.

O encontro entre estes dois mundos, previamente isolados, envolveu diversos personagens que, na condição de mediadores, formaram o que denominamos uma “cadeia de mediadores”. Citando apenas alguns nomes, integraram esta cadeia de mediadores Chico Mendes, Mary Allegretti, Tony Gross e Steve Shwartzman, construindo uma ponte entre o local – os seringueiros, circunscritos na Amazônia brasileira, e principalmente no Acre – o internacional e o global, passando pelo transnacional, representado pelos próprios atores (ativistas, intelectuais...) e pelas entidades a estes associadas (ongs, universidades...) ⁶³. No caso de Allegretti e Mendes, este em especial, os mediadores assumiam funções múltiplas. Allegretti estabelecia contatos nacionais e transnacionais, em um processo de articulações marcado pela implantação do Projeto Seringueiro. Já Chico Mendes, atuava diretamente nas comunidades, inteirando-se dos problemas e prestando auxílio aos moradores – um cenário que lembrava por um lado as relações paternalistas do seringal ⁶⁴, por outro a assistência prestada pelas CEBs, em reuniões nas quais eram postas em evidência as dificuldades pessoais enfrentadas pelos seringueiros – paralelamente às viagens dentro e fora do território brasileiro, onde expunha a luta do

⁶³ O depoimento de Raimundo de Barros é ilustrativo no que concerne à existência de uma cadeia de mediadores: “E ele (Tony Gross) foi uma pessoa que junto à Ox, que na época ele era representante da OXFAM, ajudou a aprovar alguns projetos, principalmente o projeto de educação nosso. O Steve (Shwartzman) era a ponte: Mary (Allegretti) do Brasil e ele lá nos EUA. [...] quando Chico foi ao Banco Mundial falar que os recursos que tavam vindo de lá não tavam servindo para melhorar as condições de vida dos extrativistas, mas sim tavam servindo pra enriquecer mais aqueles que já eram ricos e destruir a floresta [...], quem fez a articulação lá nos EUA foi o Steve”.

⁶⁴ A este respeito, ver o depoimento de um ex-assessor do sindicato de Xapuri. In: PAULA, 1991, p.167-168.

movimento. Chico Mendes, destarte, agia não apenas como mediador e tradutor, decodificando a mensagem dos seringueiros para instituições internacionais e ativistas e destes para os seringueiros; atuava, ainda, como líder sindical, carismático, e diplomata:

“O Chico chegava (das viagens internacionais, ACTD) trazia algum recurso para fazer os encontros, era o companheiro que fazia esse lado diplomático do movimento [...].E aí o Chico Mendes fazia isso com uma capacidade sabe que , você tinha que dar a mão à palmatória, ele não se vendia sabe, ele agilizava, explicava pra nós isso [...]” (Osmarino Amâncio, em entrevista à Empate, nov/2004)

Não se tratava apenas de proteger o meio ambiente. A articulação estabelecida por estes atores era fomentada pelo interesse em fortalecer o grupo. Destarte, simultaneamente a um trabalho de mobilização das bases, era preciso “redirecionar o movimento”, inserir em sua resistência o caráter ambiental, no que classificamos como um processo de influência e reforço mútuo entre a questão agrária e a ecológica. Se a proteção da floresta tropical poderia atrair mais recursos para o movimento e daria novo fôlego aos empates, o apoio a esta luta e às bandeiras que vinham sendo levantadas ao longo dos anos e as que surgiam – como o asfaltamento da BR364 – poderiam dar legitimidade aos questionamentos e à ação dos ativistas ambientais (concentrados majoritariamente no Norte) em relação aos países do Sul.

Neste processo, Chico Mendes discursou na reunião do Banco Mundial, no Congresso norte-americano, foi a Londres receber o prêmio Global 500, das Nações Unidas, entre tantas outras exposições. Ainda, outros atores do movimento destacaram-se. Em 85, após a realização do I Encontro Nacional dos Seringueiros, Jaime Araújo compareceu a uma audiência pública organizada em São Paulo pela Comissão Brundtland⁶⁵. A reunião inseria-se como parte dos preparativos para a elaboração do Relatório Brundtland, sob o título “Nosso Futuro Comum”. Como representante do movimento, Araújo salientou a relevância dos seringueiros e de suas práticas para a conservação da floresta. Sua exposição foi incluída no relatório, publicado em 87, e que cunhou o termo “desenvolvimento sustentável”⁶⁶. Verificamos, por meio desta passagem, mais um indicativo da incidência do local no

⁶⁵ Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, criada em 1984.

⁶⁶ Por desenvolvimento sustentável entende-se a capacidade de “satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a habilidade das gerações futuras de satisfazerem duas próprias necessidades”, o que requer o uso racional dos recursos naturais (*Nosso Futuro Comum*, 1987, p.24).

global: o movimento atuando diretamente na solução de problemas globais, apresentando uma alternativa de conservação global e que será materializada quando da implantação das reservas extrativistas, na década seguinte.

Uma campanha internacional que atraiu ostensivamente a atenção para o movimento refere-se à implementação da BR 364, que ligava Cuiabá a Porto Velho e estendia-se até Rio Branco. Os primeiros recursos destinados à construção da estrada formam obtidos através do financiamento do Banco Mundial, mediante a aprovação do Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (Polonoroeste). O restante, necessário para a extensão da estrada até o Acre, seria financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. A estrada era tida como o símbolo da modernização para o Acre, dando impulso à economia do estado. Por conseguinte, era desejada pelos pecuaristas e especuladores de terras. Para a população local, o símbolo da civilização implicaria na vinda de outros “paulistas”, no recrudescimento das queimadas e desmatamentos, que atingiam níveis alarmantes, dificultando o seu controle. Para os ditos ambientalistas – os ativistas –, a estrada contribuía para a deprecação do meio ambiente, colocando em risco a vida “de todos no planeta”.

Em 22 de setembro de 1987, Chico Mendes compareceu à primeira audiência com os diretores do BID. A instituição, assim como o Banco Mundial, mostrava-se mais permeável às demandas das redes transnacionais, especialmente em relação às questões ambientais, uma característica que despertou a atenção dos teóricos⁶⁷. Chico Mendes alertou aos diretores do BID para os impactos negativos que os projetos de desenvolvimento, aprovados pela instituição, estavam causando aos seringueiros. O caso da BR 364 também fora divulgado por Mendes no Senado Americano, diante da Comissão de Operação e Verbas. A preocupação era que a devastação da floresta e o massacre de índios ocorrido em Rondônia, em virtude do asfaltamento da estrada, também sucedessem no Acre. Neste ponto, acreditamos que atuação do movimento, por meio de Chico Mendes, tenha sido crucial para o êxito da campanha, iniciada em 83, por meio da ação de intelectuais e ativistas americanos e europeus. Não se tratava das denúncias de mais um ator do Norte, mas do relato da população local, que experimentava as implicações do projeto, fato que atribuiu maior respaldo e

⁶⁷ Entre os estudos sobre o tema, ver O’Brien et al (2000).

legitimidade aos questionamentos proferidos anteriormente pelos ativistas. O resultado foi a suspensão dos empréstimos ao governo brasileiro pelo não cumprimento das cláusulas do contrato, episódio que repercutiu negativamente para o movimento no âmbito nacional.

O êxito da campanha, além de projetar o movimento e seu principal líder para além de sua localidade, balizado pela proteção da floresta tropical, causou o fomento das tensões no plano interno, com as constantes ameaças de morte, culminando com o assassinato de Chico Mendes. Classificamos este acontecimento como o segundo “elemento catalisador de um episódio”: a partir da morte de um mediador reconhecido externamente e de sua repercussão, o movimento assistiu a um intenso apoio proveniente de diversas organizações, principalmente das internacionais. Este apoio traduziu-se em especial na obtenção de recursos para a aprovação de projetos de cunho ambiental, o que poderia apontar para o caráter estritamente racional da adoção de um discurso ambiental pelo movimento. Neste momento, a mediação entre os seringueiros e as organizações será executada quase que de modo exclusivo pelo CNS.

O CNS surgiu da iniciativa de um seringueiro do Amapá, durante o I Encontro Nacional dos Seringueiros. Talvez o fato de não estar atrelada em seus primeiros anos ao STR de Xapuri explique o papel marginal que teve esta instituição até 1988, aproximadamente. Neste ano, o Caderno de Atas da Cooperativa Agroextrativista de Xapuri (Caex) e os documentos encontrados no Conselho já apontam para uma articulação com ongs e instituições internacionais mediada pelo CNS, entre estas a Christian Aid e a Fundação Ford. Ademais, o CNS vai assumindo relevância não apenas no papel de mediador, na construção de uma identidade ambiental, ao contribuir para a incorporação de valores ecológicos ao movimento; a entidade auxiliará também na formação e fortalecimento da identidade de seringueiro, diferenciando-o dos demais trabalhadores rurais:

“O Conselho Nacional dos Seringueiros não pretendia e nem pretende ser um sindicato paralelo, mas uma entidade de seringueiros, porque os seringueiros nunca foram reconhecidos como classe. Os sindicatos surgiram com uma importância muito grande, num momento muito importante. Mas os sindicatos dos trabalhadores rurais congregam seringueiros e ao mesmo tempo os agricultores, os peões, os trabalhadores da fazenda, os diaristas, qualquer que seja o trabalhador rural. As outras classes todas têm o seu reconhecimento como classe, o seringueiro não. Parece uma coisa que foi do passado e não existe mais. Então, uma das

razões do Conselho Nacional de Seringueiros é fazer reconhecer o seringueiro como uma classe que já deu a sua contribuição, que luta e que tem uma luta importante, luta por um objetivo muito importante que é a defesa da Amazônia. Essa idéia pegou bem”. (Chico Mendes, In: Grzybowski, 1989, p.26)

O relato de Chico Mendes nos indica a dupla função atribuída ao Conselho: de um lado, o fortalecimento da identidade política do ator, somando-se à estratégia posta em marcha com a implantação do Projeto Seringueiro, ainda que a identidade dos seringueiros remeta a uma cultura prévia, envolvendo a cultura cabocla e as práticas extrativistas próprias do ator. Assim, a atuação do CNS vem somar-se ao Projeto Seringueiro, inserindo-se em um panorama mais complexo, singularizado por símbolos e valores culturais que foram reafirmados no cotidiano dos atores e contextualizados politicamente, expressando a coexistência da racionalidade e intersubjetividade. De outro lado, a entidade atua de modo a captar recursos para a execução de projetos, como as Reservas Extrativistas, cujo apelo ambiental é explorado por Mendes ao remeter-se à “defesa da Amazônia”. Neste sentido, a construção de uma identidade, seja de seringueiro, seja de ambientalista, é posta em xeque na medida em que o entrevistado afirma que a idéia “pegou bem”. No caso da identidade de seringueiro, reiteramos anteriormente a presença da intersubjetividade aliada à ação estratégica, desmistificando uma crença na incompatibilidade entre o plano cultural e o racional.

No que concerne à construção da identidade ambiental, a crítica pode provir de uma intencionalidade em se manter o grande volume de recursos recebidos após a morte do líder seringueiro até meados da década de 90, quando a ajuda externa tornou-se menos intensa. Com efeito, a Caex, via o CNS, recebeu entre 1989 e 1994 por volta de 2 milhões de dólares a “fundo perdido” para a execução de projetos, entre estes o Projeto Castanha (Paula, 2005, p.325). No entanto, este pensamento carece de um maior poder explanatório, ao atentarmos para o seguinte fato: passados mais de vinte anos desde o contato com os ambientalistas, o movimento, centrado em Xapuri, ainda reclama uma identidade ambiental não obstante a brusca queda de subsídio financeiro da parte de ongs e entidades nacionais e internacionais.

Supondo que o discurso ambiental propagado pelo movimento através dos mediadores visasse apenas a obtenção de recursos, poderíamos esperar o abandono da

conotação ambiental da mensagem do grupo, seguido imediatamente de uma ação predatória. Mas este acontecimento não foi observado entre os seringueiros de uma maneira geral. Segundo Almeida,

“os seringueiros tentaram sair da marginalidade para a visibilidade. [...] ao fazer isso, vários líderes seringueiros apropriaram-se do discurso ambientalista/desenvolvimentista, não para parodiá-lo, mas para, de fato, incorporá-lo em suas próprias concepções e práticas locais, atribuindo a esse discurso novos significados. Ao fazê-lo, redefiniram sua maneira anterior de agir, mas o fizeram conforme critérios estabelecidos em tradições e costumes próprios; ao mesmo tempo redefiniram sua relação com a sociedade, construindo para si um nicho onde pudessem ser reconhecidos, como “povos da floresta”, com direitos agrários e sociais reconhecidos como legítimos” (Almeida, 2004, p.34).

Embora pudéssemos questionar o argumento acima, exposto por um dos assessores do movimento e que, envolvido diretamente no processo, também figura como um outro ator em busca de tornar legítimo o seu discurso, concordamos com o referido autor. Nossa percepção parte do princípio que identifica na cultura dos seringueiros e em suas práticas valores ambientais, que tornaram permissível a incorporação de uma mensagem ambiental já minimamente estabelecida entre o grupo. A “descoberta” do ambientalismo consistiu em um processo de readaptação destes atores que, em contato com ativistas transnacionais, tornaram-se cômicos do sentido de suas ações, de um ecologismo que lhes era inerente em seu modo de vida. O corte da seringa, a coleta da castanha, a pesca, a caça inscrevem-se em uma série de crenças e costumes, cuja finalidade última é a proteção do meio ambiente. Daí a existência de entes sobrenaturais como o Mappingüarí, o Curupira, a “panema”, apontada por Almeida. Ademais, estas atividades, por conciliarem o desenvolvimento econômico com a permanência de populações locais, sobressaíam como conservacionistas e eram reconhecidas como tais pelas ongs, entre estas a *World Wild Fund of Nature* (WWF), uma das primeiras instituições a aplicar o termo “desenvolvimento sustentável”.⁶⁸

⁶⁸ A informação acerca da introdução do termo desenvolvimento sustentável pela WWF é apontada por Rootes (Rootes, 2005, p.30). O termo “conservacionista” adotado no texto acima remete-se às práticas ambientais que visam a conservação do meio ambiente, reconhecendo a presença humana nas áreas. Difere-se, portanto, de medidas que prezam pela criação de grandes santuários ecológicos intocáveis, entendidas por nós como preservacionistas. No que concerne ao reconhecimento da atividade extrativista, a WWF, em um memorando enviando ao CNS, em setembro 1992, destaca que a instituição “acredita que a comercialização de produtos florestais não-madeiráveis, como a castanha-do-pará, é um dos métodos mais promissores para promover a conservação de florestas tropicais, de

Esta mudança de percepção entre os integrantes do grupo, contudo, não sucedeu de forma pacífica. Neste “movimento”, os seringueiros encontraram obstáculos de ambas as partes que constituíam seus aliados. Enquanto os ambientalistas ignoravam a questão central que permeou desde o princípio a luta do movimento, os sindicalistas rechaçavam o teor ambiental do discurso adotado pelo ator coletivo, evidenciando uma tensão que seria solucionada pelo fortalecimento do Conselho. Recorremos novamente às palavras de Osmarino Amâncio, que desvelam os embates ocorridos ao longo deste processo de conscientização e incorporação do discurso ambientalista:

“[...] nós nunca nos colocamos como ambientalistas, até porque pra nós ambientalista era aquele que defendia só uma coisa ou outra. [...] A gente não tinha noção disso. Porque nós achamos que uma das questões que tava muito ligado a isso era a questão fundiária, e os ambientalistas eles não tinham essa preocupação com a questão fundiária. Porque para eles o cara podia ter propriedade privada ali desde que ele não mexesse nela, tudo bem! [...] A questão fundiária tinha que ser resolvida e, pra ela ser resolvida, tinha que acontecer a reforma agrária. Só que a nossa proposta de reforma agrária pra Amazônia não podia ser igual a do Rio Grande do Sul, lá do Centro-Oeste ou do Sul do país. Ela tinha que ser uma coisa de acordo com a nossa realidade, que a gente aqui não botava roçado, nós trabalhava com a seringa e com a castanha, então tinha que ter uma colocação pra cada um de forma que ele garantisse a sua sobrevivência sem precisar trabalhar no sol. E com os ambientalistas nós tivemos muitas divergências por conta de que eles tinham raiva de sindicalista [...] As pessoas pegaram a nossa tese, que nós levamos explicando a questão social, ligando essa questão fundiária à questão econômica, o que a gente propunha pra Amazônia, e a CUT pega e diz: “Não, essa é coisa de verde”. Com a criação do CNS foi o que salvou a situação. Fizemos essa junção da questão fundiária com a econômica, a social e a ecológica. Passamos a explicar lá fora que as conseqüências do desequilíbrio social e econômico, do desequilíbrio ecológico e ambiental eram conseqüência do desequilíbrio econômico e social e que se a gente tivesse bem, trabalhando na nossa castanha, ninguém ia precisar desmatar para sobreviver, porque a castanha e a seringa davam” (Osmarino Amâncio, em entrevista para “Empate”).

O CNS, por conseguinte, constitui o pólo de união entre tendências antes isoladas e irreconciliáveis, inaugurando um novo modo de percepção sobre a proteção do meio ambiente, traduzido no “socioambientalismo”⁶⁹. Como uma entidade necessária para a efetivação da proposta dos seringueiros, estava entre o sindicato, contrário à incorporação do ambientalismo no discurso do grupo, e as organizações ambientais, que rechaçavam o sindicalismo, ainda que o discurso sindical constitua uma herança forte entre os dirigentes da entidade.⁷⁰ O CNS rompeu, assim, sua

modo compatível com o bem-estar econômico e social dos povos da floresta. Consideramos de alta prioridade o apoio a projetos que se dedicam a desenvolver e testar métodos de manejo racional de tais recursos florestais” (WWF. *Memorandum. Ref.: Protocolo Nutritional*. Brasília, 23 set. 1992).

⁶⁹ A expressão “socioambientalismo” é aplicada por Reis e Viola (1989).

⁷⁰ O depoimento de “Bóca” é ilustrativo neste sentido.

marginalidade, assumindo uma posição estratégica e crucial para o movimento, estabelecendo a medição entre os seringueiros – baseados nos sindicatos –, ongs nacionais, como o Instituto de Estudos Amazônicos (IEA)⁷¹, e internacionais. A proposta mais relevante defendida pelo Conselho foi a de implantação das reservas extrativistas (Resex), uma idéia exposta já em 85, durante o I Encontro Nacional dos Seringueiros. As Resex foram criadas em 1990, mediante decreto presidencial nº 98.897, que estabelece condicionantes ambientais para a permanência dos seringueiros, aludidos no documento sob o rótulo de “populações extrativistas”, na floresta. Segundo o conteúdo do documento, as reservas “são espaços territoriais destinados à exploração auto-sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis (art 1º) e qualquer dano o meio ambiente pode implicar na rescisão do contrato de uso”, conforme disposto no 2º parágrafo do art.4º.

Estes condicionantes poderiam sobressair como um elemento que justificaria a perenidade de um discurso e práticas ambientais pelos seringueiros até os dias atuais. Com efeito, é muito provável que estes dispositivos contribuam para a execução de políticas voltadas para a proteção do meio ambiente dentro das reservas, contrapondo-se à reincidência de práticas predatórias fora desta circunscrição. No entanto, consideremos algumas questões para a ocorrência destes fatos. A inclusão de dispositivos ambientais presentes no decreto que cria as reservas extrativistas deve ser entendida como o resultado de um processo que mobilizou seringueiros, ambientalistas e demais atores que compunham uma rede de ativistas transnacionais em torno da proteção do meio ambiente, no caso, das florestas tropicais. Destarte, tais dispositivos – que em uma interpretação meramente racional funcionariam como fatores coercitivos, que conformariam a ação dos seringueiros – inserem-se de uma forma ou de outra no contorno ambiental que assumiam as demandas do movimento sem descaracterizar a reivindicação inicial que permeava a ação coletiva em Xapuri, a saber, a permanência do seringueiro na floresta, em suas colocações.

Outro elemento que destacamos alude ao estabelecimento de medidas para a manutenção de ações que conservem o meio ambiente. Seria contraditório pensarmos

⁷¹ O IEA fora dirigido por Mary Allegratti. No mesmo memorando, enviado pela WWF, a instituição menciona o contato estabelecido pelo IEA, cujo intuito consistia na aprovação de um projeto para a comercialização da castanha e seus derivados.

em conservação ambiental, que pressupõe a aliança entre desenvolvimento econômico-social e proteção ambiental, atingindo um equilíbrio entre o homem e a natureza, sem que ocorram incentivos para que as populações residentes na área a ser protegida sobrevivam. Os moradores das Resex recebem, ainda que minimamente, se compararmos aos anos 80 e 90, recursos financeiros do governo estadual e federal, este via a Programa de Proteção das Florestas Tropicais, o PPG7⁷², situação distinta da experimentada pelos que não residem nas Resex. Por conseguinte, mesmo as práticas extrativistas e inerentemente ambientais carecem de um subsídio mínimo, como no caso em questão, o que desmistifica a dissociação entre o ambientalismo e desenvolvimento econômico-social.

Por fim, o fato de nem todos os seringueiros agirem atualmente seguindo à risca as práticas extrativistas e ambientais não minimiza a hipótese de que o movimento incorporou uma identidade mínima, compartilhada com os ativistas ambientais. Do contrário, esta constatação faz transparecer uma observação discutida no primeiro capítulo deste trabalho: os movimentos sociais não equivalem a atores homogêneos, mas a uma rede complexa e diversificada. Envolvem, assim, disputas internas e assimetrias entre seus membros, incluindo as diferenças com relação à perspectiva adotada pelo grupo.

As considerações acima nos afastam de uma interpretação dos fatos baseada no que estes nos revelam *a priori* e possibilitam a comprovação acerca da formação de uma identidade mínima, possuindo como ponto comum a proteção da Amazônia Brasileira/floresta tropical/meio ambiente. É neste sentido que se torna exequível compreendermos na fala de Chico Mendes a apropriação do discurso ambiental, não como retórica, mas como um elemento constitutivo do movimento, quando este ator afirma que “[...] há uma necessidade muito grande de se evitar o desmatamento que está ameaçando a Amazônia e com isto está ameaçando a vida de todos os povos do planeta” (Grzybowski, 1989, p.24). Ao atestarmos a construção de uma identidade de ambientalista, assistimos efetivamente à transposição do movimento para as escalas internacional, transnacional e global.

⁷² O PPG7 consiste no Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil. Mantido com recursos provenientes do G7 e gerenciados pelo Banco Mundial, o programa visa à conservação das florestas, sob termo “desenvolvimento sustentável”.

A despeito do desempenho de uma ação transnacional, exemplificada pelas campanhas internacionais através das redes de ativistas, e do papel fundamental exercido pelos mediadores neste processo, somente a construção de uma identidade compartilhada entre seringueiros e ambientalistas nos permite romper as restrições impostas por uma análise singularizada pelo caráter territorial. Tal análise, justamente pela ênfase atribuída às fronteiras nacionais, impossibilita por vezes a transnacionalização de um movimento social local na medida em que condiciona este processo à presença de membros do ator coletivo em outros estados, atuando em ações coordenadas, conforme o debate teórico estabelecido anteriormente. Aqui, consideramos que a transposição do movimento para outras dimensões possa ocorrer independentemente deste requisito, ainda que o próprio termo “transnacional” indique esta conotação territorial. Por conseguinte, não negligenciamos o caráter transfronteiriço que permeia a ação coletiva, que no caso em questão verifica-se quando da atuação em campanhas internacionais, como a relativa ao afastamento da BR 364. Apenas nos distanciamos do enfoque que lhe é atribuído, deslocando o foco do debate para a construção de uma identidade comum entre atores distintos e o traço multidimensional que constitui o movimento.

Outrossim, concluímos que a transposição do movimento não exclui seu contorno global, o que comprova a compatibilidade entre dois processos: transnacionalização e globalização. Cabe aqui analisarmos de forma mais incisiva a relação entre o global e o local, atentando para o caráter co-constitutivo entre as esferas. Desse modo, discorreremos sobre a volta ao localismo, processo que marcou a trajetória do movimento a partir dos anos 90.

4.3. De volta ao localismo?

A partir de 1992, período em que foi realizado o III Encontro Nacional dos Seringueiros, o movimento optou por adotar uma postura distinta da observada nos anos anteriores, singularizada por sua externalização. Neste encontro, decidiu-se, entre outros pontos, que os seringueiros priorizariam a mobilização das bases, em uma medida que aponta para a volta às origens do movimento, ao localismo.

Entretanto, uma vez forjados contatos com atores vinculados a outras esferas, com os quais compartilhavam uma identidade mínima, este “retorno ao local” não significou o isolamento do grupo, mas a coexistência de distintos processos que configuram a difícil relação entre o global e o local.

Durante o I Encontro Nacional, os seringueiros expressaram pela primeira vez como uma de suas demandas a demarcação das reservas extrativistas. A proposta inspirava-se no conceito de reservas indígenas e surgiu da necessidade dos seringueiros em apresentar uma alternativa ao projeto de desenvolvimento aplicado à região amazônica, como nos informa Chico Mendes:

“Descobrimos que para se garantir o futuro da Amazônia era necessário criar a figura da reserva extrativista como forma de preservar a Amazônia, mas como forma econômica, como proposta econômica ao mesmo tempo. [...] Nós entendemos, os seringueiros entendem, que a Amazônia não pode se transformar num santuário intocável. [...] A gente pensou inicialmente em criar esta alternativa de preservação da floresta, mas uma alternativa ao mesmo tempo econômica” (Grzybowski, 1989, p.24)

O trecho acima ilustra a dupla vertente que pautou a formulação desta proposta: face à ineficácia dos empates em conter as queimadas e o recrudescimento dos conflitos e da violência na região, que colocavam em xeque a sustentação do movimento, fazia-se imperioso elaborar um plano concreto e viável, que assegurasse as reivindicações originais e um retorno econômico, contrapondo-se aos projetos de desenvolvimento para a Amazônia. Ademais, a conotação ambiental da proposta aponta para os esforços do movimento em expandir suas alianças, buscando maior apoio e legitimação para sua luta. Neste sentido, as Resex constituíam uma alternativa ideal, congregando em uma mesma proposta o particular e o universal. Promoviam uma ligação entre as antigas demandas do movimento, representadas pela permanência na “terra” por meio da manutenção de suas colocações somadas às estradas de seringa, e o ambientalismo. Por um lado, as reservas garantiam aos seringueiros uma reforma agrária própria e inovadora para a região Amazônica, distinguindo-se do projeto perseguido pela Contag e reconhecido pelo governo. Por outro, a demarcação de áreas na Amazônia, destinadas às práticas conservacionistas dos seringueiros, sugeria a proteção da floresta tropical e representava uma solução local para um problema global.

Desse modo, os seringueiros logravam em superar sua identificação como atores locais, na medida em que a proposta, elaborada pelo movimento com o auxílio de seus aliados, deslocava-os da marginalidade para o centro. Os seringueiros atuavam igualmente na esfera nacional e global: propunham uma alternativa para o plano de reforma agrária, que tendia a homogeneizar as distintas realidades no agro brasileiro, e para a proteção da floresta tropical ao enfatizarem dentro dos limites geográficos da reserva o desenvolvimento de práticas sustentáveis, peculiares à “população extrativista”.

A “ambientalização” de sua bandeira de luta, cristalizada nas Resex, evidencia a relação de influência mútua entre o global e o local e de interseção entre as esferas, atestadas por Robertson e Scholte. Todavia, apresenta uma aparente contradição ao pensamento divulgado na Conferência da Biosfera e reforçado em Estocolmo, segundo o qual os problemas globais requerem soluções globais. As Resex vieram reverter este quadro, pois se apresentavam como uma proposta local para a solução do desmatamento das florestas tropicais, no caso, a Amazônia. Por conseguinte, expressavam a territorialização de questões ambientais simultaneamente a um processo de desterritorialização, justamente por atribuir ao movimento contornos ambientais, remetendo-se a uma problemática global. A demarcação de áreas específicas na floresta, onde seriam reproduzidas práticas auto-sustentáveis sob regime condominial, impedindo a venda das colocações pelos seringueiros, tornava exequível a conservação local da floresta tropical. Ademais, desmistificava uma crença ainda presente entre os ambientalistas de que a preservação do meio ambiente deveria se dar pela criação de santuários intocáveis, apesar dos avanços alcançados sobre o tema em Estocolmo. As Resex, assim, ratificam a constatação de que a “ecologia territorial [...] ainda permanece como um fator altamente significativo no início do século XXI” em meio ao processo de globalização (Scholte, 2002, p.25. Tradução minha).

A partir da “ambientalização” do movimento⁷³, expressa na proposta e reforçada das resoluções do II Encontro Nacional de Seringueiros, verificou-se uma

⁷³ O processo de “ambientalização”, conforme apontado por Smith e Faber, torna-se patente nas palavras de Anderson. Para o referido autor, “[...]movidos pela necessidade e pela intuição, os trabalhadores extrativistas protagonizaram um encontro filosófico: animaram a fusão dos ideais de

aceleração na trajetória do movimento, que se transnacionaliza, obtendo o apoio de diversas instituições internacionais, ativistas e organizações não-governamentais. Curiosamente, este apoio intensificou-se de maneira significativa após o assassinato de Chico Mendes, principal mediador e líder, que transitava entre as diversas dimensões, dando visibilidade ao grupo. Esta observação reforça nosso argumento de que sua morte representou o “elemento catalisador imediato de um episódio”, comparável ao assassinato de Wilson Pinheiro, porém assumindo uma repercussão muito mais ampla, intensa. Divulgada pela imprensa internacional, este acontecimento mobilizou os atores da sociedade civil global, implicando uma pressão direcionada ao governo brasileiro não apenas no que tange à punição dos assassinos, mas às demandas do movimento.

Esta pressão, envolvendo autoridades, políticos, a imprensa e ativistas na esfera internacional, perdurou ao longo do ano de 1989⁷⁴, levando o governo brasileiro a reconhecer as disputas locais entre seringueiros e pecuaristas, considerando a alternativa apresentada pelos primeiros. Destarte, a proposta das Resex – implementada parcialmente pelo Incra através da Portaria 627 como parte do Programa Nacional de Reforma Agrária do Governo Sarney, em 1987, sob a designação de Projetos de Assentamentos Extrativistas (Paes) – obteve seu reconhecimento em janeiro de 1990, com a publicação do Decreto nº 98.987. Em 89, a proposta já ecoava nas dimensões nacional, internacional, transnacional e global, como verificamos na passagem a seguir:

justiça social e direitos humanos dos países do Sul com o ecologismo e o conservacionismo dos países do Norte, canibalizando o discurso ambientalista afluente e irrompendo na campanha pela preservação das florestas tropicais com um movimento social de bases sindicais” (Anderson et al, 1994, p.12). Daí identificarmos no movimento a inauguração de uma perspectiva socioambiental.

⁷⁴ Este quadro é ilustrado por Allegretti: “Dentre outras autoridades, o Presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento, Henrique Iglesias, disse que Chico Mendes não era uma pessoa desconhecida do Banco e solicitou ao governo brasileiro que preservasse suas idéias. No dia 3 de janeiro, o Senador Republicano Robert Kasten fez um pronunciamento no Congresso Norte-Americano em homenagem a Chico Mendes, referindo-se a ele como um amigo pessoal e um herói mundial. Nos dias 13 e 14, uma comitiva de parlamentares norte-americanos, incluindo o então senador Al Gore, visitou o Acre, exercendo pressão sobre as investigações do assassinato. E no dia 25 um ato ecumênico lotou a catedral de Washington, reunindo as maiores entidades ambientalistas norte-americanas, autoridades de instituições multilaterais, toda a imprensa e representantes da Embaixada Brasileira, para ouvir Raimundo de Barros, seringueiro, sindicalista e primo de Chico Mendes” (Allegretti, 2002, p.5).

“A validade dessa iniciativa, como idéia mais adequada para garantir a conservação dos recursos florestais da Amazônia e, simultaneamente, possibilitar um desenvolvimento ecológico e socialmente adequado já foi atestada pelas seguintes instituições: *World Wildlife Fund*; *Environmental Defense Fund*; *United Nations Environmental Programme*; *Survival International*; Banco Mundial; Banco Interamericano de Desenvolvimento; *National Wildlife Federation*; *Sierra Club*; *Natural Resources Council*. Revista da IUCN (*International Union for Conservation of Nature and Natural Resources*) publicou matéria a respeito em sua edição de janeiro/março de 1986, assim como a edição do *The Economist* de maio e do jornal *New York Times*, de 18 de novembro do mesmo ano” (Allegretti, 1989, p.4).

Assim, se as Resex já eram divulgadas e encontravam respaldo no âmbito externo a partir de sua divulgação no I Encontro, a aliança com os ambientalistas será confirmada e intensificada em 1989, quando ocorre o II Encontro Nacional dos Seringueiros. O encontro foi realizado apenas alguns meses após a morte de Chico Mendes e, portanto, valeu-se da atenção internacional e, naquele momento nacional, que se voltava para a Amazônia, em especial para os seringueiros. Nesta conjuntura favorável à expansão do movimento, são estabelecidas novas articulações, mediadas pelo CNS. Já discutimos na seção anterior acerca da pertinência de uma identidade ambiental entre os seringueiros, inserindo-se em um processo pautado pela intersubjetividade e racionalidade. Nesta parte, salientamos o lado racional, enfocando a “Aliança dos Povos da Floresta”.

A aliança foi divulgada como uma união entre atores que, como habitantes da floresta, estavam aptos a utilizar os recursos naturais sem destruí-los. Ademais, representava uma união de forças contra o desmatamento na região, provocado pelas políticas de modernização. De fato, o saber destes povos lhes conferia legitimidade na busca pela preservação da Amazônia, atribuindo à aliança um caráter ambiental que atraiu substancialmente a atenção dos ativistas. Contudo, devemos ponderar que a “União dos Povos da Floresta”, integrada por índios e seringueiros, consistiu em uma estratégia do movimento para reforçar as disputas contra seus opositores, sendo o resultado de articulações iniciadas em 86. Esta idéia subjacente à ação é evidenciada pelo depoimento de Raimundo de Barros que, como uma das lideranças do movimento, participou desta mediação:

“A União dos Povos da Floresta, eu acho, foi o fortalecimento da política em defesa dos direitos dos povos da floresta e isso fez com que se conquistasse, se avançasse muito essa união porque enquanto o seringueiro brigava com o índio, o índio brigava com o seringueiro, era o fazendeiro e os seus apoiadores que tavam tendo espaço. Quando esses dois povos se juntou, aí eles perderam porque aumentou a nossa força. A nossa união foi mais forte, e o nosso poder lógico que cresceu. Portanto, a aliança foi uma estratégia política de fazer valer

nosso direito e conquistar espaços, o que tanto os índios quanto nós foram conseguindo.” (Raimundo de Barros, em entrevista)

Este depoimento nos esclarece os objetivos da aliança estabelecida entre índios e seringueiros: estes atores buscavam ampliar seu campo de ação, fazendo uso das oportunidades políticas apresentadas, e mesmo criando-as, como no caso em tela. Desse modo, estabeleceram um contato inesperado – haja visto o passado de conflitos que caracterizavam a relação entre os “povos da floresta” – pautado pelo imperativo de fortalecer suas lutas. Não se trata aqui de questionarmos o teor ecológico desta conjunção de forças. Sabemos que tanto os índios quanto os seringueiros procuravam proteger o meio ambiente, pois dependiam da floresta para sobreviver. Este era o local onde inscreviam suas práticas, que conformavam o seu modo de vida. Pretendiam, através desta aliança, fortalecer sua resistência aos projetos de modernização, que lhes expulsavam de suas “terras”, da floresta. Lutavam, destarte, pela permanência na e da floresta.

O que procuramos sustentar é o fato de tal aliança não ter resultado na construção de uma identidade, como a de ambientalista. Ainda que seja possível apontarmos ambos os atores como “povos da floresta”, a duração desta aliança nos evidencia a sua debilidade, visto que esta se mantém apenas “no papel”, como declara Raimundo de Barros. Apesar de uma identificação compartilhada entre a cultura do seringueiro e a do índio, já que a primeira se constrói em parte sobre as práticas indígenas, entendemos que estes atores não lograram estabelecer uma identidade comum que perdurasse minimamente mesmo após assegurados seus objetivos, pese o caráter transitório, temporário de uma identidade. A aliança, por conseguinte, consistiu em uma articulação tática, que permitia maior visibilidade a seringueiros e índios, na medida em que estes protagonistas atuavam juntos em campanhas, como a Campanha em Defesa da Floresta, lançada em 86, em Brasília. Desse modo, colocavam em pauta suas reivindicações – a demarcação de terras indígenas e das reservas extrativistas – ao passo que procuravam inserir-se nas esferas federal e estadual, via órgãos governamentais, e ampliar sua base de aliados com o apoio dos ambientalistas.

A despeito dos benefícios propiciados pela transposição do movimento, a partir de 92 os seringueiros passam a priorizar a mobilização e ampliação de suas bases paralelamente à ênfase destinada ao ambientalismo. Entre as resoluções estabelecidas no III Encontro Nacional dos Seringueiros destacamos a vinculação entre a reforma agrária, enfatizada durante o encontro, e a proposta das Resex; o estabelecimento de alianças com parlamentares, entre o CNS e as organizações sindicais associadas aos trabalhadores rurais, bem como o enquadramento da reforma agrária como uma bandeira de luta pela CUT, além do fortalecimento das relações com os povos indígenas. Neste ponto, cabe atentarmos para o fato de que a “Aliança para os Povos da Floresta” vinha deteriorando-se desde 1991, aproximadamente. De acordo com o documento “percebeu-se que a aliança não deve ser forçada, mas deve se dar no processo de lutas do dia a dia”, o que reitera nossa argumentação, que preza a racionalidade inscrita na criação desta aliança.

Outras questões debatidas pelos seringueiros concernem ao trabalho junto às bases, da qual resultou o Projeto de Formação de Lideranças Comunitárias, formulado pelo Conselho; e a participação na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a ECO-92. Neste encontro estariam reunidos ativistas, ongs, instituições, jornalistas e autoridades de várias partes do mundo, representando uma visibilidade em múltiplas dimensões para o movimento. Os seringueiros teriam uma oportunidade única de apresentar a proposta das Resex, equiparando-as a um modelo para o desenvolvimento sustentável. Outrossim, a realização do Fórum Internacional de Organizações Não-Governamentais e Movimentos Sociais durante a ECO-92 fazia deste encontro um espaço privilegiado, permitindo o contato com os diversos atores da sociedade civil global.

Em 95 é organizado o IV Encontro Nacional dos Seringueiros. Segundo Paula (1999), o CNS iniciou em 93 uma política de aproximação com o governo, que se consolidou durante o encontro. Decidiu-se que deveria se “realizar levantamentos socioeconômicos – em convênio com o Ibama ou o Incra – para identificar o potencial extrativista a fim de que sejam criadas novas Resex e Paes (...); buscar parcerias e convênios com instituições públicas e privadas no sentido de viabilizar a capacitação de técnicos e produtores agroextrativistas a fim de que se implemente

com maior clareza o projeto de desenvolvimento para a Amazônia” (CNS, 1985, p.10-12. In: Paula, 1999, p.260).

As questões expressadas nas resoluções do III e IV Encontro nos sugerem algumas reflexões. Em primeiro plano, o enfoque destinado à mobilização das bases sugere um processo de “internalização”, um retorno do movimento para si próprio, o que não significou o rompimento com os aliados conquistados ao longo de sua trajetória, principalmente durante a sua externalização. Trata-se, portanto, da coexistência do localismo e do globalismo. Neste sentido, o localismo observado nesta nova fase do movimento não equivale ao isolamento, pelo contrário. Durante este período (1989 a 1994, aproximadamente), o movimento experimentou o respaldo dos aliados, recebendo auxílio financeiro de ongs e entidades internacionais, como a WWF e a NOVIB, para funções que variavam: desde o apoio institucional do CNS, entidade dependente destas doações, até o financiamento de projetos, instalação de usinas para o beneficiamento da castanha, passagens de avião, compra de material⁷⁵. A *Cultural Survival* constitui outra organização que auxiliou o movimento, atuando na comercialização da castanha no mercado americano⁷⁶, e a ECOTEC, uma ong nacional, foi incorporada pela Fundação Ford para administrar 270 mil dólares doados pela entidade para a execução do Projeto Castanha⁷⁷ (Paula, 2005, p.327). Os projetos eram elaborados em sua maioria pelo CNS com a assessoria de ongs nacionais, como o IEA, o CTA (Centro de Trabalhadores Amazônicos).

As resoluções do IV Encontro consolidam esta fase de rápida mudança nas orientações do movimento, visto que a ênfase na política de alianças com os ambientalistas, iniciada em 85 e reforçada em 89, cedeu relativamente o lugar a uma aproximação com o governo, ainda que se mantivesse o teor ecológico dos discursos e práticas. Esta decisão do movimento encontra explicação, sobretudo, nas modificações estruturais que ocorriam no âmbito externo. A década de 90 é singularizada no nível global pelo processo de globalização e no internacional, pelo fim da Guerra Fria. Foi fundamentalmente este último evento que propiciou uma

⁷⁵ Informações obtidas no arquivo do CNS.

⁷⁶ De acordo com Anderson, algumas empresas americanas estariam dispostas a direcionar 5% de seus lucros na venda de produtos florestais para instituições comprometidas com a proteção ambiental, entre estas a Caex (Anderson et al, 1994, p.231).

⁷⁷ Sobre o auxílio prestado pelas ongs aos moradores das Resex, ver Anderson et al (1994).

mudança de percepção entre os integrantes do grupo local. Aliada à exigência de viabilidade dos projetos, a partir dos anos 90 as ongs e entidades internacionais foram paulatinamente minimizando o apoio financeiro ao movimento em virtude do fim da Guerra Fria. Esta alteração no sistema internacional resultou no deslocamento das questões que pautavam a agenda internacional: a preservação das florestas tropicais, embora relevante, perdia a prioridade em função da defesa dos direitos humanos, ameaçados pelos conflitos étnicos, que se agravavam. Ademais, muitos destes conflitos guardavam relação com a desintegração do bloco soviético, como a guerra da Bósnia. Estas percepções se faziam presentes entre as instituições e ongs internacionais, entre estas a NOVIB⁷⁸, um consórcio holandês formado por um agrupamento de organizações nacionais e internacionais.

Desse modo, o movimento opta por dar ênfase ao plano local, não apenas através de projetos que priorizavam a atuação nas Resex, mas pela mobilização de sua base. Ressaltamos que, atualmente, a ajuda financeira externa ocorre primordialmente pelo PPG7, via governo federal. Ainda, recordemos que mesmo na primeira metade da década de 90 o movimento contou com apoio financeiro e político de seus aliados. Em 93, durante o “Empate Amazônico Contra a Fome e a Devastação da Floresta”, ocorrido em Brasília, o *Greenpeace*, no Rio de Janeiro, estendeu uma faixa na sede de uma empresa de pneus em apoio aos seringueiros.⁷⁹

4.4. Conclusão

Neste capítulo, procuramos salientar as duas fases que compreendem a transnacionalização do movimento e expressam a relação entre o local e o global. Deste modo, estabelecemos duas fases, nas décadas de 80 e 90, envolvendo os quatro

⁷⁸ Já em 91, a NOVIB salienta no relatório do IV Encontro de Contrapartes: “Em relação à União Soviética, por seu turno, existem muitos prognósticos, mas todos, pouco fundamentados em dados reais. Todavia, a tendência é que ela se divida em diferentes países, que poderão se envolver em novas guerras. É curioso que, apesar do fim da “guerra fria”, haja uma nova tendência de recrudescimento de conflitos regionais. Mesmo quando na América Central, na África e na Indochina, estão sendo desenvolvidas soluções, através da negociação, surgem, em outras partes do planeta, conflitos étnicos, desejo de autonomia, etc.” (Relatório do IV Encontro de Contrapartes da NOVIB - Plataforma Brasil, 1991, p.4).

⁷⁹ PAULA, 1999, p.259.

primeiros encontros do grupo. A partir do exposto, observamos que o campo de oportunidades para os seringueiros, relativamente fechado no âmbito interno, mostrava-se mais aberto às suas demandas no plano externo, representado pelas dimensões internacional, transnacional e global. Ainda, verificamos que a abertura em si não resultou automaticamente na ação do grupo. Acrescenta-se a isto outros fatores que geraram incentivos para a transposição do movimento para além da escala local: os seringueiros entenderam que para se assegurar a manutenção do movimento seria preciso não apenas fazer uso das oportunidades aparentes, mas criá-las, organizar sua base e reenquadrar sua mensagem.

Os novos aliados foram obtidos principalmente entre ativistas transnacionais atrelados à causa ambiental. O movimento, ao incorporar uma mensagem universal ao seu discurso logrou estabelecer contatos que superavam as barreiras territoriais, ao mesmo tempo em que tais contatos contribuíam para proporcionar-lhes uma visibilidade multidimensional, fortalecer a mobilização das bases locais, dentro das fronteiras geográficas, além de maior influência junto às instituições internacionais e o governo brasileiro. No caso das ongs nacionais e internacionais, as últimas em especial, se o apoio aos seringueiros, no caso o financeiro, poderia permitir-lhes uma ingerência maior nos projetos locais e entre os membros do movimento, a atuação junto ao grupo constituía igualmente um elemento relevante diante dos organismos internacionais. Seria por meio dos relatos de mediadores locais, como Chico Mendes, Raimundo de Barros, Osmarino Amâncio, que ativistas e ongs internacionais poderiam alcançar legitimidade entre as autoridades dos organismos. Juntos, estes atores formavam uma cadeia de mediadores, que atuavam nas esferas local, internacional, transnacional e global, influenciando por meio de campanhas no plano nacional. Podemos constatar este efeito bumerangue, por exemplo, na paralisação do asfaltamento da BR 364 e no reconhecimento legal das propostas do movimento, em princípio através da criação das Paes e, em um segundo momento, pela implantação das Resex.

Todavia, atestamos que o processo de transacionalização do movimento, embora envolva a ação transnacional e a mediação (*brokerage*) não se efetivou, no caso dos seringueiros, exclusivamente pela ocorrência destes mecanismos, uma vez

que não lograram manter ações coordenadas com seus membros em outros estados. Destarte, foi a construção de uma identidade mínima, calcada em uma questão global, que tornou exequível este processo. Assim como na formação da identidade de seringueiro, a de ambientalista se mostrou sustentada pelo lado intersubjetivo e simbólico, inscrevendo-se nas práticas culturais dos atores locais. Aqui, não descartamos a racionalidade da ação. Se o processo de identificação do seringueiro atendia igualmente à necessidade de mobilização das bases e manutenção do movimento, a formação de uma identidade compartilhada com os ambientalistas também trouxe benefícios, entre estes a ressonância das reivindicações do grupo e o recebimento de recursos para a conclusão de projetos. Contudo, ao propormos a construção de identidade entre estes atores de origens distintas, estamos nos distanciando de uma análise por demais simplista, que possa considerar apenas os fatos mediante uma primeira observação, a partir da “superfície”.

Finalmente, remetemo-nos à última fase investigada neste trabalho e que sugere a volta ao localismo. A ênfase no local, ainda que marginalizada possivelmente pelo discurso global, sempre esteve presente na trajetória do movimento. A comprovação deste fato repousa sobre a proposta das Resex, apresentada nos anos 80, período em que o movimento experimentava sua transnacionalização e contava com o apoio substancial dos ambientalistas. O que ressaltamos a partir da década de 90 refere-se à priorização das bases, conquanto o movimento preservasse sua identidade ambiental e ainda recebesse recursos de ongs internacionais, que foram diminuindo paulatinamente. Ao contrário das reservas, que congregavam o particular e o universal, a mobilização das bases sucedia apenas no plano local. Neste capítulo, concluímos que o retorno do movimento às origens não se opôs a um momento anterior, singularizado pela externalização. Portanto, o movimento congregou processos distintos, mas que se complementam: localização, transnacionalização e globalização, atingindo múltiplas esferas e, assim, tornando-se visível na dimensão nacional.